

Comissão do Senado conclui que a moratória foi inútil

por Jurema Baesse
de Brasília

A Comissão Especial do Senado Federal para a Dívida Externa, constituída em março do ano passado para analisar a questão da dívida externa, sua formação e legitimidade, e avaliar as razões que levaram o governo a decretar sua moratória, concluiu, ontem, de acordo com o relatório preparado e divulgado pelo relator, o senador Fernando Henrique Cardoso, que, na prática, a moratória decretada pelo governo foi inútil para o País, não houve avanço positivo na redução de transferências de capitais ao exterior e que "faltou firmeza e preparo". Ao Governo Sarney para conduzir com sucesso as negociações externas.

Em 162 páginas o relatório traça um histórico sobre a dívida externa, desde a década de 70, descreve os depoimentos dos ex-

ministros da Fazenda, Dilsom Funaro e Luiz Carlos Bresser Pereira, e deixa claro o descontentamento do Congresso Nacional com o restrito acesso às informações relativas ao encaminhamento das negociações por parte do Executivo. Por fim, o relatório faz duras críticas à postura fraca, despreparada e improvisada da administração da dívida comandada pelo presidente José Sarney. O senador Fernando Henrique Cardoso, ao divulgar o relatório, informou que os trabalhos da comissão irão continuar e que será solicitado, para os próximos dias, o depoimento do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega. Será feito um esforço no sentido de que Nóbrega seja convocado para ir ao Senado ainda nesta semana, e antes da presença do ministro a comissão voltará a se reunir.

A nova postura na negociação da dívida externa, introduzida pelo ex-ministro Dilsom Funaro, recebeu o apoio da comissão, apesar dos seus efeitos terem sido aquém do desejado para o País. Segundo o relatório, o ex-ministro Funaro, "pretendeu, com a moratória e mesmo antes dela, colocar ênfase no aspecto político da renegociação da dívida. Não seria exagerado dizer que havia a pretensão de contribuir para uma "nova ordem econômica internacional".

O relatório apontou que "o endurecimento nas negociações e a busca de um acordo de longo prazo, com independência do FMI, defendida tanto por Funaro quanto por Bresser Pereira, com o objetivo de permitir a continuidade do crescimento econômico deram a tônica das gestões da dívida "na fase que se estendeu até o final do ano passado.

Ao criticar o entendimento anunciado por Nóbrega, no final da semana passada, do reescalonamento de US\$ 64 bilhões da dívida em vinte anos, o relatório conclui que "o ministro da Fazenda atual está tentando um acordo o mais rapidamente possível, deixando de lado a maioria dos pressupostos de negociação que o próprio governo Sarney havia considerado condição indispensável para a retomada das negociações e, sobretudo, a preocupação com um nível adequado de reservas".

Para a comissão, que tem como presidente o senador pelo PFL, Carlos Chiarelli, e como vice-presidente Virgílio Távora, a mudança de estratégia na condução da dívida externa, encadeada pelo ministro da Fazenda. É incongruente com os princípios estabelecidos pelo governo para a decretação da moratória.



Fernando Henrique Cardoso

"Se a moratória de fevereiro de 1987 foi considerada pelo governo como uma 'moratória técnica' para proteger as reservas cambiais do País, indaga o relatório, e se sua justificativa baseava-se em que ela forçaria uma renegociação em melhores condições, agora se fazem pagamentos de juros com prejuízos das reservas, abre-se mão da consistência em uma renegociação que livrasse o País de a cada ano voltar aos bancos e parece que se aceita uma negociação simultânea com os bancos e o FMI'.

O relatório aponta a incoerência de caminhos adotados pelo presidente José Sarney e destaca que, "com efeito, o governo toma medidas concretas para tornar o Brasil corrente nos pagamentos dos juros no primeiro trimestre de 1988 e busca-se um

'empréstimo-ponte' para resolver as aflições de pagar os juros no segundo trimestre. Não se fala propriamente em dinheiro novo para investimentos, salienta a conclusão dos senadores, mas em recursos para cobrir parte dos pagamentos de juros no período da moratória".

Portanto, entende a Comissão, "o País abdica, aparentemente (pois o ministro deixou de informar à comissão os termos reais da negociação), daquilo que era a pedra de toque da política anterior: encontrar uma solução negociada de longo prazo para o problema da dívida externa, de acordo com nossa capacidade de pagamento".

Em face desta posição, tendo o País, como parece, abandonado a posição negociadora de longo prazo, e abandonado também a parte "não convencional" da proposta do governo brasileiro e a defesa do nível de reservas, e, na prática, suspenso a moratória, questiona o relatório: "Por que foi feita a moratória?"

O relatório conclui, ainda, que faltou "continuidade" à gestão de Sarney e todos os descaminhos percorridos pelo País "revelam a falta de firmeza do governo e despreparo da máquina tecnoburocrática nas negociações externas: o zigue-zague das propostas revela imprevisto e os resultados obtidos, magros, revelam uma administração imprópria da dívida".

CONVERSÃO

CONVERSÃO DA DÍVIDA (Em centavos por dólar)		
País	26.02.88	04.03.88
Argentina	26 — 29	26 — 29
Brasil	46 — 48	46 — 48
Chile	57 — 60	59,5 — 62
Equador	33 — 35	33 — 35
Filipinas	49 — 51	49 — 51
Iugoslávia	47 — 47	47 — 47
México	48 — 50	48 — 50
Peru	4 — 6	4 — 6
Polónia	42 — 44	42 — 44
Venezuela	53 — 56	53 — 56

Fonte: MERRILL LYNCH.